



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6668 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DOS GOVERNOS DESENVOLVIMENTISTAS
 Matheus Lucas Silva de Souza - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Alda Maria Duarte Araújo Castro - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

EXPANSÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E RIO GRANDE DO NORTE NO CONTEXTO DOS GOVERNOS NEODESENVOLVIMENTISTAS

Palavras-chave: Expansão. Privatização. Educação Superior

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a expansão e a privatização da educação superior no Brasil e no Rio Grande do Norte nos governos do partido dos trabalhadores, também conhecido como período neodesenvolvimentista por autores como Castelo (2013) e Sallum Jr. (2010). O trabalho em tela utiliza como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, concernente ao objeto de estudo e elaboração de séries estatísticas, a partir dos dados disponibilizados na plataforma online do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período compreendido entre 2002 a 2016.

O estudo parte do pressuposto de que o projeto de expansão da educação superior brasileira não nasceu de forma espontânea, mas está inserido em um grupo de orientações supranacionais que inclui esse nível de ensino como uma prática de desenvolvimento social e econômico. Essa face da educação superior é suscitada por organismos transnacionais como Banco Mundial, UNESCO e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passam a disseminar diretrizes para a educação superior em diferentes países.

Destaca-se que essas orientações externas guardavam intenções privatistas em seu cerne ideológico, visto que fomentavam não apenas o discurso que o Estado é insuficientemente capaz de gerir e prover serviços demandados pela atual sociedade capitalista, mas também orientava que esse processo expansivo na educação superior acontecesse pelo setor privado. Dessa forma, mantém o discurso de demonização das práticas oriundas da esfera pública, enquanto enaltece os preceitos de eficiência utilizados no setor privado e a lógica mercantil, transformando a educação em mercadoria passível de ser negociada.

Para discutir essa temática o texto se estrutura em três seções. A primeira trata da expansão da educação superior no contexto neodesenvolvimentista; a segunda apresenta o crescimento da educação superior no Brasil, com destaque para a participação do setor privado no número de instituições e matrículas considerando o período de 2002 a 2016; a terceira mostra como essa tendência da privatização tem repercutido no Estado do Rio Grande do Norte mudando a configuração desse nível de educação no Estado.

2 As influências do modelo neodesenvolvimentista na Educação Superior brasileira

O projeto de expansão da Educação Superior sofre alterações significativas em sua condução durante os governos dos mandatários do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo um período que apresenta um importante incentivo do Estado ao crescimento do setor público e também do setor privado como esferas passivas de parcerias para o alcance desse objetivo. Além disso, apesar da mudança de governo e da adoção de uma postura de maior incentivo Estatal ao progresso econômico e social, não significa que a condução do projeto de expansão da Educação Superior tenha abandonado completamente as orientações de caráter neoliberal.

Essa proximidade entre as esferas públicas e privadas se dá pela ascensão de um modelo de Estado que buscava principalmente superar o fracasso das políticas neoliberais implementadas pelos governos situados na década de 1990. Na visão de Sallum Jr. (2010) o modelo neodesenvolvimentista se acentua, principalmente, no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, inaugurando uma perspectiva de governo distinta da anterior, bem como sua direção econômica. O autor compreende esse modelo como um conjunto de ideias políticas e econômicas que prima pela relação entre o Estado e o mercado, regulando a economia e também atuando de forma que atenuem as recorrentes crises do capital global, impedindo, assim, de que comprometa o progresso da nação.

Mattei (2011, p. 26) reforça essa proximidade entre as esferas do Estado e do mercado no cenário neodesenvolvimentista, o autor infere que o modelo busca apresentar o Estado como uma esfera não antagônica ao mercado, sendo próximas de forma que anulariam suas contradições, logo, difere-se do neoliberalismo que coloca o Estado como uma entidade integralmente contrária ao mercado, ao buscar o fortalecimento desse mercado e, principalmente, o enfraquecimento da esfera estatal.

Entretanto, não significa que esse novo modelo de Estado se distancie, suficientemente, do modelo neoliberal, isso acontece pelo fato do modelo neodesenvolvimentista não conseguir fugir do movimento de internacionalização da economia, incluindo a influência da dinâmica especulativa que se instaurou na economia mundial (MOTA, 2010). Entretanto, o autor ainda destaca que o modelo em questão busca se diferenciar do neoliberalismo ao tentar aliar as esferas econômicas e sociais rumo ao progresso do país.

Para tal, o governo situacional do Partido dos Trabalhadores (PT) apostava no incentivo econômico à industrialização através de empréstimos a grupos empresariais atuantes, principalmente no setor de commodities, transformando o Brasil em um importante exportador desse tipo de matéria-prima. No setor social, há importantes intervenções estatais para atenuar a desigualdade social, faz-se necessário ressaltar que os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, realizados durante o governo de Lula da Silva, obtiveram importantes resultados para a eliminação da miséria e da fome no país.

A preocupação com a questão social do país não é unicamente uma face de um governo que se colocava como popular e confrontado pelas condições sociais da população vulnerável de maior parte da população. Na visão de Castelo (2013), esses avanços nas questões sociais, como programas de transferência de renda, seriam intencionais para o estabelecimento de uma nova visão do neoliberalismo, na tentativa de atribuí-lo uma face mais branda e dotada de algum progressismo, para o autor, esses ajustes seriam necessários para preservar a essência do sistema neoliberal, tal quais as estruturas e práticas que o perpetuam.

Ademais, mesmo com a importância que esses programas exerceram para os setores mais vulneráveis da sociedade, percebe-se que até mesmo as políticas assistenciais possuíam uma função dúbia e de caráter capitalista, além disso, destaca-se que essas medidas também tinham a intenção de manter a governabilidade vigente. Reitera-se que não apenas as políticas assistenciais possuíam caráter capcioso, como também a expansão da educação superior não estava isenta desses ideais capitalistas. Visto que uma das razões para essa expansão seria formar mão de obra capaz de se inserir nos níveis de divisão do trabalho mais complexos, que a competitiva economia global demandava.

Além desses interesses tecnicistas sobre a expansão da educação superior, recai sobre ela a tendência comum no modelo neodesenvolvimentista, a da aproximação entre as esferas públicas e privadas. Com isso, percebe-se que o setor privado exerceu significativa influência e participação nesse processo de expansão, contudo, essa atuação do setor privado acontece, significativamente, sob o estímulo estatal, seja através da esfera da legalidade, que permite a atuação de instituições de ensino focadas principalmente no lucro, seja também pelos aportes financeiros concedidos pelo Estado, através de programas de financiamento.

Entre esses programas que destinaram recursos ao setor privado, pode-se destacar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado pela Lei nº 10.260/2001 e o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Lei nº 11.096/2005. Os programas em questão, visam permitir o acesso dos estudantes de baixa renda ao ensino superior por meio das instituições privadas de ensino, concedendo financiamento direto, como no caso do FIES, ou renúncias fiscais, no caso do ProUni - em troca de bolsas de estudos parciais ou integrais nessas instituições.

Considera-se a implementação desses programas um marco fundamental para a acentuação da privatização da educação superior no Brasil, que apesar de ter importante valia para o acesso a esse nível de ensino, marca um processo capcioso na relação entre as esferas públicas e privadas. No entanto, destaca-se também que esses programas acabaram por angariar fundos que poderiam ser destinados à expansão das vagas do setor público, bem como a elevação de sua qualidade, como defende Corbucci (2004, p. 694), o Estado estaria comprando vagas privadas desocupadas que já existiriam antes do incentivo estatal.

3 Expansão da educação superior no Brasil no período de 2002 a 2016

Objetivando a inserção do país em posições mais competitivas no cenário do mercado mundial, fazia-se necessário elevar as condições de produção e comercialização dos produtos e serviços que seriam demandados pela economia global. Nesse contexto, as Universidades públicas brasileiras que constantemente exercem papel fundamental no desenvolvimento tecnológico do país, teriam papel imprescindível para criarem, não apenas, esses produtos tecnológicos, mas também para formar a mão de obra especializada para essas práticas.

Para tal, ampliar o alcance das Universidades e das demais instituições de ensino superior seria fundamental, o que exigiu importantes ações do Estado para esse crescimento nas Universidades públicas e também na rede de ensino superior privado, que foi um agente de significativa atuação nesse processo expansivo da educação superior. Diante desse impulso estatal, observa-se um importante crescimento nos números relacionados à Educação Superior, sobretudo na esfera privada. As tabelas a seguir demonstram essa evolução no Brasil e também no estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 1 – Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre os anos de 2002 e 2016

Ano	Total geral	Instituições públicas	Percentual público	Instituições privadas	Percentual privado
2002	1.637	195	12%	1.442	88%
2004	2.013	224	11%	1.789	89%
2006	2.270	248	11%	2.022	89%
2008	2.252	236	10%	2.016	90%
2010	2.378	278	11%	2.100	89%
2012	2.416	304	12%	2.112	88%
2014	2.368	298	12%	2.070	88%
2016	2.407	296	12%	2.111	88%
Crescimento percentual	47%	51%	-	46%	-

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – INEP (2002 – 2016)

A tabela 1 demonstra que o número de instituições totais teve um crescimento de 47% no período em tela. As instituições públicas apresentaram um crescimento percentual de 51%, um número superior ao crescimento percentual de 46% da rede privada. Entretanto, apesar do crescimento percentual público ser superior, essa diferença não se repete nos números montantes, visto que no início do período as instituições públicas detinham 195 instituições, representando apenas 12% da participação total; confrontadas por 1.442 instituições privadas, correspondendo 88% do número total de instituições do país.

Essa discrepância se mantém ao longo dos anos analisados, reforçando que apesar do crescimento percentual no cômputo geral de crescimento na esfera pública, os números montantes da rede privada foram superiores em todos os anos, principalmente no que tange o percentual de participação, que chegou ao ano de 2008 a corresponder 90% do número de instituições de educação superior do País. O ano de 2016 mostra que a esfera pública contava com 296 instituições que correspondiam a 12% do total de instituições, confrontadas por 2.111 privadas, condizente a 88% do número total. Esse significativo crescimento das instituições privadas é motivado, principalmente, pela política de diferenciação institucional que permitiu a criação de novas instituições com obrigações distintas do modelo universitário, tornando seus serviços menos custosos e mais amplos.

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas na educação superior no Brasil entre os anos de 2002 e 2016

Ano	Total geral	Instituições públicas	Percentual público	Instituições privadas	Percentual privado
2002	3.479.913	1.051.655	30%	2.428.258	70%
2004	4.163.733	1.178.328	28%	2.985.405	72%
2006	4.676.646	1.209.304	25%	3.467.342	75%
2008	5.080.056	1.273.965	25%	3.806.091	75%
2010	5.449.120	1.461.696	26%	3.987.424	74%
2012	5.932.838	1.715.752	28%	4.208.086	72%
2014	6.486.171	1.821.629	28%	4.664.542	72%
2016	6.554.283	1.867.477	28%	4.686.806	72%
Variação percentual	88%	77%	-	93%	-

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – INEP (2002 – 2016)

O número de matrículas teve um amplo avanço no país, saltando de 3.479.913 para 6.554.283, um crescimento percentual de 88%. Essa evolução também é notória nas esferas públicas e privadas, tendo a pública um crescimento de 1.051.655 matrículas em 2002 para 1.867.477 em 2016, correspondendo uma elevação percentual de 77%, enquanto as instituições privadas saltaram de 2.428.258 matrículas para 4.686.806, nos mesmos anos.

Contudo, destaca-se que as instituições privadas demonstraram uma abrupta superioridade numérica em todos os anos de análise da tabela e, conseqüentemente, tendo um percentual de participação sempre superior. Como pode ser observado, em 2002 o setor privado detinha 70% de participação no número total de matrículas, tendo seu ápice entre os anos de 2006 e 2008, ao apresentar 75% de participação, de todas as matrículas da educação superior do país. Esse fenômeno pode ser justificado pelas políticas privatistas induzidas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), com a criação e aprovação de programas como FIES e ProUni, que garantiram uma absorção de um número massivo de estudantes pela rede privada.

4 Expansão e privatização da educação superior no Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte acompanha a tendência de privatização apresentada no Brasil no que tange o número de instituições, como pode ser evidenciado na Tabela 3.

Tabela 3 – Evolução do número de Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Norte entre os anos de 2002 e 2016

Ano	Total geral RN	Instituições públicas RN	Percentual público	Instituições privadas RN	Percentual privado
2002	12	5	41%	7	59%
2004	16	5	31%	11	69%
2006	21	5	23%	16	77%
2008	23	5	21%	18	79%
2010	27	5	18%	22	82%
2012	24	5	20%	19	80%
2014	28	5	17%	23	83%
2016	28	5	17%	23	83%
Variação percentual	133%	0%	-	228%	-

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – INEP (2002 – 2016)

O período de análise em questão, o estado apresentou um crescimento percentual de 133% no número de instituições, entretanto, esse crescimento foi protagonizado exclusivamente pelo setor privado, visto que a esfera pública manteve o número de 5 instituições, apesar da ampliação das instituições já existentes.

Todavia, a esfera privada apresentou um crescimento de 228%, saltando de um quantitativo de 7 instituições, em 2002, para 23, em 2016. Além disso, destaca-se também o crescimento de sua participação percentual, que teve um salto de 59% no ano inicial de 2002, para 83% em 2016, ano que também registra seu ápice no que se refere o número de instituições.

Tabela 4 – Evolução do número de matrículas na educação superior no Rio Grande do Norte entre os anos de 2002 e 2016

Ano	Total geral RN	Instituições públicas RN	Percentual público	Instituições privadas RN	Percentual privado
2002	43.195	28.698	66%	14.497	34%
2004	49.192	30.445	61%	18.747	39%
2006	59.812	32.105	53%	27.707	47%
2008	67.488	33.067	49%	34.421	51%
2010	87.015	39.698	45%	47.317	55%
2012	102.822	44.896	43%	57.926	57%
2014	110.523	48.246	43%	62.277	57%
2016	105.633	50.117	47%	55.516	53%
Variação percentual	144%	74%		282%	

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – INEP (2002 – 2016)

Referente ao número de matrículas, o Rio Grande do Norte apresentou um crescimento de 144%, no tocante as matrículas de todo o estado. Entretanto, diferente da situação nacional, o estado demonstra uma maior participação da esfera pública nos primeiros anos de análise, exercendo protagonismo até o ano de 2006, em que tinha 53% da atuação total. A partir de 2008, o setor privado assume esse protagonismo, principalmente com os subsídios estatais garantidos pelos programas FIES e ProUni, tendo 51% dessa atuação e 53% em 2016, com números relativamente equiparáveis ao da esfera pública, como apresentado no final do período, em que a esfera privada registra 55.516 matrículas em comparação as 50.117 da esfera pública.

Esse protagonismo inicial da esfera pública pode ser justificado pelo baixo poder aquisitivo que abrange de forma significativa parte da população do estado, em um período em que as mensalidades das instituições privadas representariam um valor possivelmente maior do que a renda dessas famílias. Logo, esse crescimento das matrículas privadas pode ser justificado com os estímulos estatais ao acesso dessa população ao ensino superior pela via privada, permitindo que grande parte da população obtivesse os primeiros acessos à formação de nível superior, mas também marcando um adensamento privatista nesse nível de ensino.

Conclusão

Os dados apresentados permitem evidenciar que o setor privado foi uma esfera de importante atuação na expansão da Educação Superior no Brasil e também no Rio Grande do

Norte, assumindo em vários momentos o protagonismo desse processo. Contudo, faz-se necessário afirmar que esse protagonismo privado encontra alicerce também na ação do Estado, principalmente através dos programas de financiamento que garantiram saúde fiscal para essas instituições.

Destaca-se ainda que a atuação do setor privado alicerçada pelo incentivo estatal é envolvida por severas contradições, visto que na medida em que garantiu o acesso a frações da população que jamais estiveram presentes nesse nível de formação intelectual, pode ter comprometido igualmente que esse acesso pudesse ser realizado nas instituições públicas, se esses aportes financeiros não fossem redirecionados para a iniciativa privada.

Portanto, assume-se que essa ação estatal, sobretudo através dos programas FIES e ProUni, teve profunda relevância no processo de privatização que envolveu a expansão da educação superior do país, consolidando ainda mais o setor privado como protagonista na oferta desse nível de ensino e também catalisando processos futuros, como a financeirização da educação superior em nível nacional.

Referências

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, D.C.: 1995.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 2001. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2020.

CASTELO, R. O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: **Em Pauta**, Faculdade de Serviço Social, 2013.

CORBUCCI, Paulo Roberto. “Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma”, em **Educação e Sociedade**, vol. 25, núm. 88, Campinas, pp. 677-701, 2004.

MATTEI, Lauro. **Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”**. IV Encontro

Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

MOTA, A. E. ; AMARAL, A. S. ; PERUZZO, J. F. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina** IN: BEHRING, E. R. Brasil em Contrarreforma - Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. V. 1. 304p.

SALLUM, JR. Brasília. El Brasil en la "pos-transición": la institucionalización de una nueva forma de Estado. In: Bizberg, Ilán. (comp.). **México En El Espejo Latinoamericano**. ¿Democracia o Crisis? México D.F. El Colegio de México; Fundacion Konrad Adenauer,